



REDES FEMINISTAS E REINVENÇÕES DO DIGITAL¹

Pietra Milani Bizerril²

INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais e a Internet passaram a ocupar uma posição central na vida cotidiana, tornando-se elementos comuns e esperados na organização dos espaços e das práticas sociais contemporâneas. No entanto, essas tecnologias não devem ser compreendidas nem como ferramentas neutras ou espaços digitais abstratos, nem como agentes ativos autônomos que intermedeiam as relações sociais através do espaço. Na realidade, elas são constituídas por uma complexa rede de aspectos materiais, sociais, culturais, econômicos, técnicos, políticos, humanos, de trabalho e de capital, o que evidencia sua inserção nas dinâmicas mais amplas da produção do espaço e da vida social.

Nesse contexto, destaca-se a influência político-econômica e a posição estratégica de grandes corporações de tecnologia, as chamadas *Big Techs*, na produção e controle de sistemas tecnológicos que estruturam a vida social contemporânea, mas que operam a partir de lógicas corporativas moldadas por hegemonias do Norte global (Carrijo; Escosteguy, 2024). Amparadas por um discurso neoliberal que celebra o progresso tecnológico e a facilitação das interações sociais, essas empresas difundem uma narrativa tecnosolucionista universalizante. No entanto, experiências múltiplas de uso e apropriação de tecnologias em diferentes lugares evidenciam subversões, resistências e táticas situadas que escapam ao modelo tecnocentrado hegemônico e demonstram a existência de uma multiplicidade de formas de se relacionar com as tecnologias.

Essas múltiplas e contingentes relações têm produzido novos arranjos sociotécnicos, novas espacialidades e novos sujeitos. Trata-se de um processo contínuo de “devir-com”³ (Leszczynski, 2018; Kember e Zylinska, 2012 *apud* Rose, 2022), no qual tecnologia, espaço e sociedade não apenas se influenciam mutuamente, mas se constituem de forma relacional. Geógrafas feministas digitais têm teorizado essas mútuas co-constituições a partir do conceito

¹ O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa em andamento no curso de mestrado em geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), financiada pela bolsa da Agência Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Paraná - UFPR, pietrabmilani@gmail.com.

³ Tradução livre da autora dos originais *coming-together* (Leszczynski, 2018) e *becoming-with* (Rose, 2022).



de “mediação espacial” (Leszczynski, 2018; Elwood, 2021), que propõe uma forma de compreender as tecnologias, não como entidades isoladas ou determinantes, mas como elementos constituintes de processos sociotécnicos situados, nos quais espaço, práticas sociais e relações de poder se entrelaçam de maneira dinâmica e contingente.

Essas teorias são sustentadas por teorizações ontogenéticas do digital que consideram que objetos, práticas e formas de saber digitais sempre contêm possibilidades para formas de agência, subjetividade ou relações sócio-espaciais não antecipadas (Elwood, 2020, p. 3). Sarah Elwood, defende que essas formulações são centrais para as ontologias e epistemologias relacionais feministas que tratam o espaço como uma constelação dinâmica de relações materiais, processos estruturais, ideologias e relações corporais que estruturam as possibilidades de conhecimento e ação em espaços-temporais específicos - mas o fazem de maneira ontologicamente aberta (Massey, 2004; Elwood, Lawson e Sheppard, 2017 *apud* Elwood, 2020, p. 3).

Dessa forma, pensar em uma teoria da mediação espacial a partir de uma epistemologia feminista permite desestabilizar o privilégio ontológico frequentemente atribuído à tecnologia sobre o espaço e a sociedade, fugindo de narrativas de determinismo tecnológico e abrindo espaço para análises mais críticas e sensíveis às formas múltiplas, e muitas vezes contra-hegemônicas, de se relacionar com a tecnologia, construídas a partir de práticas concretas de apropriação e reinvenção.

Débora de Oliveira (2019, p. 14) destaca que as múltiplas perspectivas feministas oferecem uma lente para analisar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como um campo suscetível a contradições, em que normas hegemônicas são tanto reiteradas e construídas, quanto contestadas. Sob essa ótica, as tecnologias não operam apenas como instrumentos de controle e normatização, mas também como espaços de resistência, onde múltiplas narrativas e experiências, historicamente marginalizadas e/ou silenciadas, escapam, subvertem e ressignificam as normas dominantes, questionando os poderes estabelecidos. Ao adotar essa visão, podemos perceber como as tecnologias digitais não são entidades imutáveis, mas sim territórios de disputa, revelando a potência política dos usos dissidentes da tecnologia.

A partir dessa abordagem, o objetivo do presente trabalho é investigar como determinados coletivos feministas digitais propõem outras formas de se relacionar com a tecnologia por meio da criação de narrativas, práticas de apropriação técnica e estratégias de resistência e subversão. Para isso, são analisadas três redes feministas latino-americanas: **Coding Rights**, uma organização que atua na interseção entre tecnologia e direitos humanos



sob uma perspectiva coletiva, transfeminista, decolonial e antirracista; **C0D1G0 [não binário]**, uma rede que trabalha para que a diversidade, a inclusão e a equidade estejam no cerne das práticas de tecnologia e política, desafiando estruturas de poder excludentes; e **maria[lab]**, uma organização que atua na intersecção entre gênero, tecnologias e política, promovendo a segurança e o cuidado digital a partir de uma perspectiva feminista e interseccional de defesa dos direitos humanos e contra as múltiplas desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe.

As discussões desenvolvidas ao longo do trabalho evidenciam que, ao mesmo tempo em que as TICs reiteram desigualdades e concentram poder, elas também se constituem como campos abertos à disputa simbólica e técnica, nos quais emergem experiências situadas, contra-hegemônicas e coletivas de reinvenção tecnológica. Conclui-se que pensar as tecnologias digitais a partir de uma epistemologia feminista permite não apenas desestabilizar os discursos universalizantes de neutralidade e determinismo tecnológico, mas também visibilizar formas concretas de resistência e criação que ampliam os horizontes éticos, políticos e espaciais de nossas relações com o digital.

METODOLOGIA

A metodologia adotada combina análise de discurso e análise de materiais produzidos por essas redes, compreendendo-os como práticas mediadoras que articulam saber, poder e espaço. Parte-se da ideia de que as ações comunicacionais, pedagógicas e tecnopolíticas desses coletivos não apenas informam, mas intervêm nos modos de subjetivação e nos sentidos atribuídos ao digital. A pesquisa desenvolve-se por meio de investigação on-line, com foco no mapeamento e coleta de dados a respeito das redes feministas de interesse. Essa etapa envolveu a seleção criteriosa dos coletivos a partir da relevância de suas atuações no campo das tecnologias e dos direitos digitais, seguida de uma análise de conteúdo inspirada nas proposições de Catherine D'Ignazio e Laura Klein (2020), no livro *Data Feminism*. As autoras propõe que um projeto pode ser feminista em seu conteúdo, forma e/ou processo, o que orienta a análise a considerar tanto as mensagens explícitas das redes quanto suas práticas organizativas, linguagens, ferramentas e modos de produção como dimensões políticas e epistemológicas. Assim, busca-se compreender de que maneira essas redes tensionam normatividades tecnológicas e constroem formas plurais, sensíveis e situadas de se relacionar com o digital.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no livro *Data Feminism* (D'Ignazio; Klein, 2020, p.18) que define que um projeto pode ser feminista em seu **conteúdo**, ao desafiar o poder por meio da escolha dos temas; em sua **forma**, ao desafiar o poder ao deslocar os registros estéticos e/ou sensoriais da comunicação de dados; e/ou em seu **processo**, ao desafiar o poder por meio da construção de processos participativos e inclusivos de produção de conhecimento, a análise das redes **Coding Rights**, **C0D1G0 [não binário]** e **maria[lab]** revela como essas iniciativas operam de modo feminista por meio de seus conteúdos, formas de expressão, processos de organização e na criação de infraestruturas tecnopolíticas alternativas.

No **conteúdo**, todas reconhecem a tecnologia enquanto política e atuam pela justiça social e no enfrentamento às formas hegemônicas de produção e controle de dados, denunciando como sistemas tecnológicos reforçam desigualdades. A **Coding Rights** (Figura 1), por exemplo, faz uso da criatividade e do conhecimento hacker para instigar imaginários que desafiem as desigualdades de poder a partir de um olhar transfeminista, decolonial e antirracista. Resgatando e articulando saberes diversos, contestam as lógicas colonialistas e patriarcais que se reproduzem e se renovam nas imbricações entre tecnologia, corpos e territórios, promovem e compartilham conhecimentos e cuidados digitais e propõem outros imaginários sociotécnicos, vislumbrando futuros feministas possíveis. Em sua página inicial, a frase “Hackeando o patriarcado” sintetiza sua proposta: subverter sistemas de dominação a partir da criatividade, da crítica e da ação tecnopolítica.

Figura 1 – Coding Rigths



Fonte: Elaborado pela autora com base na página web www.codingrights.org (2025)

A **COD1G0 [não binário]** (Figura 2) adota uma abordagem hacker que busca desprogramar os binarismos cisnormativos embutidos nas linguagens e sistemas de maneira a alcançar a potencialidade transformadora da tecnologia, não a deixando submetida ao lucro e interesses privados de poucos. Seu lema, “mudamos o eistema”, não é apenas um trocadilho, mas uma enunciação política que reivindica a transformação das estruturas que sustentam a opressão social e digital. Por meio de produções midiáticas diversas, promovem visibilidade para sujeitos não normativos e atuam para garantir que soluções nos setores de tecnologia e política sejam desenvolvidas e implementadas de maneira a proteger e defender os direitos e as liberdades de todes, inclusive das comunidades marginalizadas e vulneráveis. Tal como enfatizam: “a tecnologia e a política tem o poder de ser ferramentas de opressão ou de liberdade, e é vital que trabalhemos para garantir que sejam utilizadas para beneficiar e proteger a sociedade como um todo” (Código não binário [n.d], [n. p.]).

Figura 2 – COD1G0 [não binário]



Fonte: Elaborado pela autora com base na página web www.codigonaobinario.org (2025)

A **maria[lab]** (Figura 3), por sua vez, tem como eixos principais o cuidado, a segurança e a autonomia. A partir da afirmação de que “a tecnologia é política e ambas podem ser feministas” (MariaLab, [s.d], [s.p.]) suas ações se concentram na produção de infraestruturas tecnológicas feministas e no suporte em segurança e cuidado digital com foco em gênero, sexualidade, raça e classe. Priorizam o compartilhamento de conhecimentos técnicos a partir da escuta e da construção conjunta, entendendo a tecnologia como parte de uma ecologia política da vida cotidiana. Reconhecendo que a diversidade e representatividade não são condições suficientes para uma relação transformadora com as tecnologias digitais e a inclusão dos direitos humanos como aspecto fundamental, a **maria[lab]** propõe a reapropriação e a reconstrução dos modos como desenvolvemos e interagimos com infraestruturas tecnológicas.

Figura 3 – maria[lab]



Fonte: Elaborado pela autora com base na página da web www.marialab.org (2025)

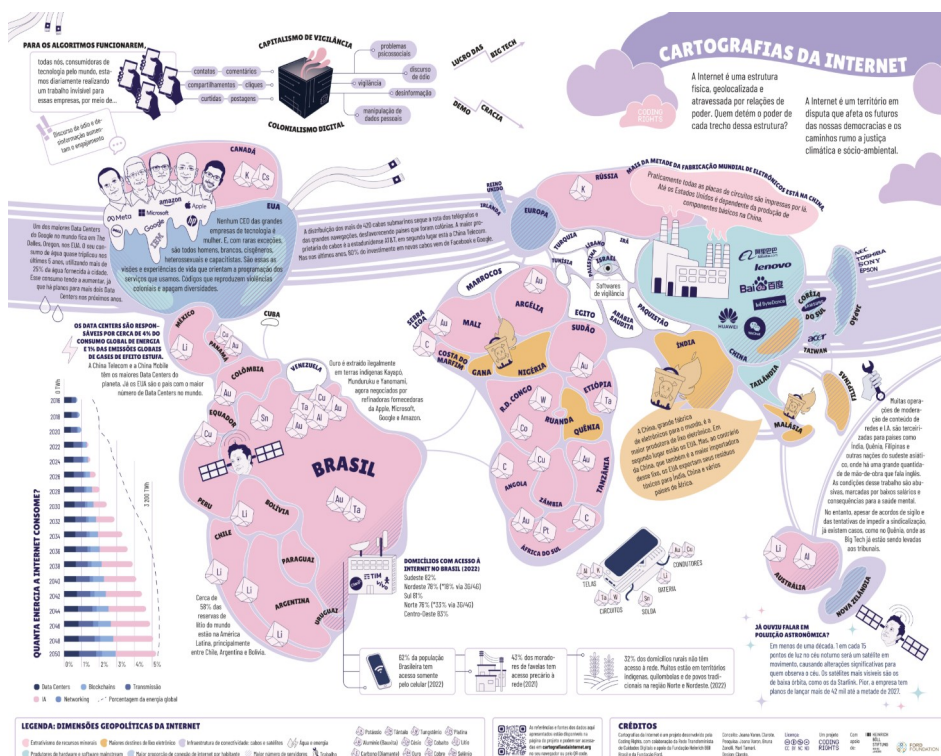
Na **forma**, as três organizações analisadas operam um desvio consciente da estética e da linguagem tradicionalmente associadas à neutralidade e objetividade tecnocientífica. Essa escolha formal é, por si só, uma prática política. Conforme propõem D’Ignazio e Klein (2020), certos conceitos, visualidades e categorias mantêm o poder ao reproduzir normas hegemônicas, enquanto outros desafiam o poder ao criar sentidos e práticas insurgentes. Na mesma linha, Laura Forlano (2016, p. 3) afirma que “o design, incluindo o desenho de sistemas e infraestruturas sociotécnicas, pode ser usado tanto para desafiar a opressão e a injustiça, quanto para gerar futuros alternativos possíveis mais equitativos”. Nessa lógica, as estéticas, os designs e as linguagens se mostram como escolhas políticas conscientes e potentes na contestação de estruturas de poder, na descolonização de imaginários e na construção de narrativas outras sobre a tecnologia.

É justamente isso que se evidencia nas formas de comunicação dos três sites. A **Coding Rights** utiliza visualidades que tensionam a linguagem fria da técnica e descartam a “arrogância da ciência ocidental” (Coding Rigts, [n.d.], [n.p.]). Introduzem afetos e sensibilidade crítica em temas que perpassam as lógicas extrativistas e violentas do colonialismo digital e resgatam conhecimentos e saberes outros na produção do conhecimento e das narrativas sobre tecnologia. Na linguagem, resgatam termos como Abya Yala⁴, que significa “terra de sangue vital” na língua Kuna, para substituir a designação eurocêntrica de

⁴ Disponível em: <https://codingrights.org/library-item/pre-lancamento-de-una-bolsa-de-semillas-cryptorave/>

“as Américas”. No seu projeto artístico, estético e narrativo, se apropriam do Design Crítico e Especulativo, da Ficção Científica e da Fabulação Especulativa para imaginar/criar futuros possíveis a partir de diferentes formatos. O maior exemplo disso se dá no projeto “Oráculo de Tecnologias Transfeministas: especulando sobre tecnologia, IA e gênero”⁵ um jogo de cartas desenhado para facilitar a visualização e compartilhamento de ideias sobre tecnologias, resgatando práticas divinatórias como tecnologia para entender o presente e remodelar nossos destinos. Outro projeto que segue essa linha especulativa é o livro “*Una bolsa de semillas: ciencia ficción feminista en Abya Yala*” (Rojas; Varon, 2025) que demonstra a ânsia de alterar a visão patriarcal, branca, cis, individualista e capacitista da ficção científica escrevendo-a desde corpos-territórios. Além disso, no projeto “Cartografias da Internet” a **Coding Rights** utiliza ferramentas como a cartografia para materializar, por meio de um mapa (Figura 4), a chamada “nuvem” da Internet, mostrando que ela não é abstrata ou inatingível, mas uma estrutura física, geolocalizada e atravessada por relações de poder.

Figura 4 – Cartografias da Internet

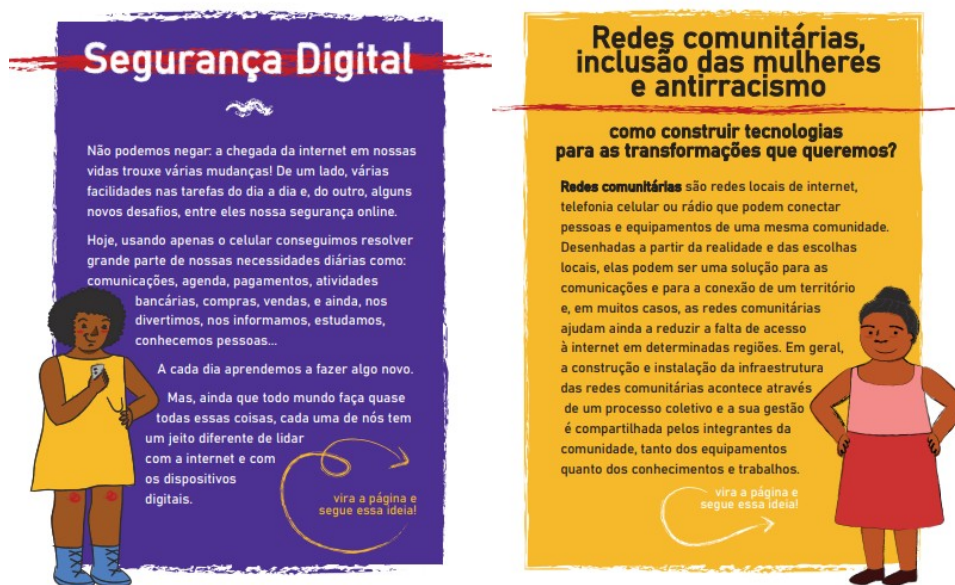


Fonte: <https://www.cartografiasdainternet.org/>

⁵ Disponível em: <https://transfeministech.codingrights.org/>

Já a **maria[lab]** mobiliza uma linguagem escrita e gráfica sensível e acolhedora, associando tecnologias e práticas de cuidado e segurança digitais a afetos, cotidiano e ancestralidade. Produzem materiais didáticos em diversos formatos como cartilhas e fanzines (Figura 5), em que incorporam imagens, vocabulários e narrativas que falam diretamente às experiências de mulheres, fugindo da lógica universalizante das cartilhas técnicas. “Somos mulheres e queremos falar com mulheres, em todas as etapas do processo, e sem ignorar que a tecnologia é política” (MariaLab [n.d], [n.p.]). Na linguagem, flexionam termos como ‘servidoras’ e ‘roteadoras’ na sua conjugação feminina o que, como demonstram Débora de Oliveira, Daniela de Araújo e Marta Kanashiro (2020, p. 19), não apenas questiona a noção de que o campo das infraestruturas técnicas é de domínio masculino, com também é uma forma “de não limitar o imaginário coletivo e nossas próprias noções pelos conceitos que a linguagem molda, ou mais além, um modo a ‘desenfeitiçar’ as máquinas”. A **maria[lab]** também realiza um esforço de resgatar histórias e representar mulheres nos nomes de seus dispositivos. Como é o caso da rede autônoma e comunitária nomeada fuxico⁶, “uma técnica artesanal centenária, onde mulheres, principalmente nordestinas, usam pedaços de retalho para criarem peças que parecem pequenas flores e que com muitas se cosiam roupas, colchas e afins.” (MariaLab, [n.d.], [n.p.]) e afirmam que o termo carrega uma conotação de poder, por ser o resultado de momentos de união e compartilhamento de saberes entre mulheres.

Figura 5 – Fanzines



Fonte: <https://www.marialab.org/pesquisa-redes-autonomas-feministas/>

⁶ Disponível em: <https://www.marialab.org/fuxico/>



Já a **C0D1G0 [não binário]** assume a estética hacker, colorida e provocadora com slogans como “mudamos o eistema” e uso de memes, que desconstroem o binarismo de gênero e propõem uma linguagem neutra, fluida, acessível e subversiva. O uso do humor, da contracultura visual e de signos queer funciona como forma de desestabilizar não apenas os sistemas computacionais e sociais, mas as categorias de saber e autoridade que os sustentam. Trabalham com textos escritos em primeira pessoa como no caso do relatório “Transfobia e Discurso de Ódio nas Redes Sociais: relato de caso e estratégias jurídicas de combate”⁷ em que articulam vivências pessoais e análise crítica para denunciar a negligência das plataformas digitais frente a violência de gênero (Código não binário, [n.d], [n.p.]). Esse texto funciona, como descrito na própria redação, “não apenas como um descritivo alheio e distanciado, mas como uma experiência viva – assim como são os textos corporificados que constituem a experiência trans e dissidente (Stone, 1987 apud Código não binário, [n.d], p. 1).

Assim, a forma deixa de ser um elemento secundário e se torna um modo de fazer política. Essas escolhas estéticas e linguísticas não apenas comunicam o conteúdo, mas constroem sentidos que desafiam o poder, questionando quem tem o direito de falar sobre tecnologia, de acessar o conhecimento técnico e de imaginar outros futuros digitais.

No que diz respeito ao **processo**, as três redes analisadas evidenciam formas de produção e atuação que se alinham ao que Débora de Oliveira, Daniela de Araújo e Marta Kanashiro (2020) definem como tecnologia feminista: não como um conjunto fixo de ferramentas ou soluções, mas como práticas situadas e relacionais, construídas a partir de alianças, afetos e compromissos ético-políticos. O processo, assim, se dá na integração entre ideais e ação, o que é bem definido pela frase que tem se popularizado no âmbito das lutas tecnopolíticas, “*decir haciendo*”, traduzida para o português como dizer fazendo, ou no sentido mais figurado, colocar em prática. Quando se volta o olhar para práticas, percebe-se que as três redes realizam um esforço para incorporar categorias feministas, como as noções de consentimento, escuta, cuidado e autonomia na noção de infraestruturas sociotécnicas. Como afirmam na **maria[lab]** “trabalhamos pela valorização dos cuidados digitais, levando a tecnologia para espaços feministas e o feminismo para espaços de tecnologia” (MariaLab, [n.d.] [n.p.]).

Assim, a tecnologia feminista se mostra nos devires entre o feminismo e a cultura *hacking*. A cultura hacker é uma manifestação prática que busca extrapolar os limites das tecnologias, em um espírito de criatividade que mistura ciência e gambiarra com colaboração

⁷ Disponível em: <https://cryptpad.fr/file/#/2/file/SJ8UaboI85FM2g8rLNMu1dPx/>



e conhecimentos livres. Na constituição da cultura hacker, o conhecimento livre se manifesta no software livre, que se mostra como mais do que uma escolha técnica, mas, uma posição política que valoriza a liberdade, a transparência e a colaboração na construção de tecnologias, em oposição a softwares proprietários e a dependência tecnológica promovida por grandes corporações. Essa perspectiva *hacker*, em que a construção de saberes não parte de uma lógica de transmissão vertical, mas da partilha de vivências, da criação colaborativa de materiais e da abertura para o erro como parte do aprendizado, dialoga com as perspectivas feministas onde a centralidade do cuidado e da coletividade se manifesta tanto nos conteúdos quanto nas dinâmicas das ações, em que o tempo, o corpo, a escuta e o território são valorizados.

O que se observa, portanto, é que essas redes não apenas criticam as formas dominantes de produção tecnológica, mas fazem tecnologia de outro modo, com outras ferramentas, outros tempos e outras prioridades. Seus processos não se orientam pela eficiência ou inovação no sentido tecnocrático, mas por valores como autonomia compartilhada, cuidado mútuo, reconhecimento da diferença, ancestralidade e justiça social. Como destacam Débora de Oliveira, Daniela de Araújo e Marta Kanashiro (2020), trata-se de tecnologias que não apenas contestam o sistema dominante, mas constroem outros modos de fazer e sustentar o digital.

Nesse sentido, as redes analisadas não apenas ocupam o espaço digital, mas o reconfiguram como um campo de disputa simbólica, material e política. Elas operam como mediações sociotécnicas — não no sentido de intermediárias neutras, mas como práticas que emergem de relações de poder e afeto, e que participam da co-produção de espacialidades, subjetividades e infraestruturas insurgentes. Ao hackear o patriarcado e mudar o sistema, essas coletivas propõem mais do que resistência: constroem mundos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre as possibilidades abertas por uma abordagem feminista para a compreensão das tecnologias digitais, tomando como ponto de partida a ideia de que tais tecnologias não são neutras nem autônomas, mas compõem — e são compostas por — relações sociotécnicas que envolvem disputas de sentido, regimes de visibilidade, experiências espaciais e formas de subjetivação. Ao adotar a noção de mediação espacial



como ferramenta analítica, e aproximá-la de epistemologias feministas interseccionais, foi possível compreender o digital como campo dinâmico de produção de espacialidades e sujeitos, cujas formas de apropriação, resistência e criação não podem ser reduzidas a narrativas hegemônicas.

As redes **Coding Rights**, **COD1G0 [não binário]** e **maria[lab]**, analisadas a partir das proposições de *Data Feminism* (D'Ignazio; Klein, 2020), revelam práticas que se articulam em múltiplas camadas: no conteúdo, ao denunciar violências de gênero e propor narrativas tecnopolíticas alternativas; na forma, ao valorizar linguagens acessíveis, visuais, afetivas e que desafiam o poder; e no processo, ao operar por meio da auto-organização, do cuidado coletivo e da criação de infraestruturas próprias. A partir das contribuições de Oliveira, Araújo e Kanashiro (2020), entende-se que essas experiências não apenas tensionam o legado colonial, androcêntrico e cisnormativo da tecnologia, mas também constroem infraestruturas feministas que ativam novos possíveis — espaços onde memória, linguagem, território e imaginação coletiva se tornam dimensões constituintes da prática tecnológica.

As tecnologias feministas, nesse sentido, não propõem uma ruptura total com os sistemas existentes, mas uma rearticulação ética, situada e colaborativa das redes sociotécnicas, baseada em autonomia compartilhada, segurança como cuidado e insurgência narrativa. Mais do que resistir ao apagamento, esses coletivos insistem na criação de mundos tecnopolíticos possíveis, que reconheçam os saberes e corpos historicamente marginalizados como agentes legítimos na co-produção de futuros. Ao recusar o determinismo tecnológico e desnaturalizar os discursos de neutralidade, o trabalho desenvolvido reafirma que imaginar e construir tecnologias outras é uma tarefa profundamente política — e também geográfica — enraizada nas vivências, alianças e territórios.

A escrita-ciborgue tem a ver com o poder de sobreviver, não com base em uma inocência original, mas com base na tomada de posse dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras. (Haraway, 2009, p. 86)

Palavras-chave: Redes Feministas Digitais; Tecnopolíticas, Geografia Digital, Apropriação Tecnológica.



REFERÊNCIAS

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. **Data feminism**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2020. Disponível em: <https://data-feminism.mitpress.mit.edu/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CARRIJO, Ana Júlia De Freitas; ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Paola Ricaurte-Quijano: tecnologias digitais a partir de uma práxis política feminista. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 18, n. 3, p. 313–326, 2024.

CÓDIGO NÃO BINÁRIO. **Código Não Binário** – Nós mudamos o sistema. Disponível em: <https://codigonaobinario.org>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CÓDIGO NÃO BINÁRIO. **Transfobia e Discurso de Ódio nas Redes Sociais**: relato de caso e estratégias jurídicas de combate. [n.d.] p. 16. Disponível em: <https://cryptpad.fr/file/#/2/file/SJ8UaboI85FM2g8rLNMu1dPx/>. Acesso em: 27 set. 2025.

CODING RIGHTS. **Coding Rights** – Hackeando o Patriarcado. Disponível em: <https://codingrights.org>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ELWOOD, Sarah. Digital geographies, feminist relationality, Black and queer code studies: Thriving otherwise. **Progress in Human Geography**, v. 45, n. 2, p. 209–228, 2021.

ELWOOD, Sarah; LESZCZYNSKI, Agnieszka. Feminist digital geographies. **Gender, Place & Culture**, v. 25, n. 5, p. 629–644, 2018.

FORLANO, Laura. Infrastructuring as critical feminist technoscientific practice. **Spheres** (3), 2017. Disponível em: <http://spheresjournal.org/infrastructuring-as-critical-feminist-technoscientificpractice/>. Acesso em: 28 set. 2025

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org. e trad.). **Antropologia Do Ciborgue: As Vertigens Do Pós-Humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2 ed., 2009.

LESZCZYNSKI Agnieszka. Spatialities. In: Ash J, Kitchin R and Leszczynski A (eds) **Digital Geographies**. London: SAGE, p. 13–23, 2018

MARIALAB. MariaLab – Tecnologias feministas. Disponível em: <https://www.marialab.org>. Acesso em: 13 abr. 2025.

NGUYEN, Lilly; TOUPIN, Sophie; BARDZELL, Shaowen. Feminist Hacking/Making: Exploring New Gender Horizons of Possibility. **Journal of Peer Production**. 2016. Disponível em: <http://peerproduction.net/issues/issue-8-feminism-and-unhacking-2/feminist-hackingmaking-exploring-new-gender-horizons-of-possibility/>. Acesso em: 28 out. 2025.

OLIVEIRA, Débora Prado de; ARAUJO, Daniela Camila de; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. In: ARAÚJO, Daniela Camila de; MANICA, Daniela



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

Tonelli; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnopolíticas de Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020.

OLIVEIRA, Débora Prado de. **Infraestruturas feministas e atuação política de mulheres em redes autônomas e comunitárias**: criar novos possíveis diante da concentração de poder na internet. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Divulgação Científica e Cultural, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ROJAS, Lucía Egaña; VARON, Joana [coord.]. **Una bolsa de semillas**: ciencia ficción feminista em Abya Yala. Coding Rights; Musea M.A.M.I: Rio de Janeiro, 2025.